

A Geopolítica do patronato rural no parlamento brasileiro:
uma análise da Bancada Ruralista.

Autor: Maycon Cardoso Berriel
Universidade Federal Fluminense
E-mail: mayconberriel@yahoo.com.br
Co-Autor: Eduardo Álvares da Silva Barcelos
Universidade Federal Fluminense
[E-mail: eduasb@gmail.com](mailto:eduasb@gmail.com)
Co-Autor: Alexandre de Oliveira Pimentel
Universidade Federal Fluminense
E-mail: alexandrepimentel@cabure.org.br

Antecedentes históricos e a produção ideológica do discurso patronal
no campo brasileiro

A partir dos anos 80, uma nova ofensiva político-ideológica se insere nos circuitos de debate que marcaram e revitalizaram a *retórica* do patronato rural no Brasil. A ideologia do *moderno*, contra-face do “*velho*” e “*atrasado*” mundo rural brasileiro, foi o fio condutor que catalisou uma nova realidade discursiva para a agricultura nacional como também projetou uma nova imagem identitário-territorial para os “*homens do campo*”, o “*nós, produtores e empresários rurais*”. A modernização agrícola, a tecnificação da propriedade e a instituição de novos padrões de produção no campo, a partir da aliança agricultura-indústria – os complexos agroindustriais – foram as premissas fundantes deste novo pensamento.

Regina Bruno (1997) se refere ao “*novo*” discurso a partir de três pontos. *Primeiro* esse discurso significou a visibilidade de um tipo de patronato rural, que se constituiu a partir da modernização agrícola; instituiu novos códigos e condutas, no entanto agregou velhas práticas e antigos argumentos, típicos da tradição *hegemônica, clientelista e oligárquica*, historicamente presentes no espaço agrário do Brasil. *Segundo*, a nova retórica buscou renovar os mecanismos de legitimação das estruturas de poder dos grandes proprietários de terras e empresários rurais que buscasse fortalecer as *assimétricas relações sociais e de poder* apoiadas na dominação-exploração de uma massa significativa de trabalhadores rurais. E *terceiro*, o “*novo*” pensamento, buscou por um lado redefinir o direito de propriedade, reforçando-o e ampliando suas fronteiras historicamente definidas, como por outro procurou negar a existência de uma questão agrária no Brasil, supostamente superada atrasada, uma vez que a modernização agrícola e a propriedade fundiária teriam se ajustado ao longo dos anos em função da integração dos mercados e das transformações da economia.

A *estrutura fundiária* e a *reforma agrária* não tiveram relevo neste “*novo*” discurso. Para os “*modernos*”, a reforma agrária é uma questão defasada, antiga, de responsabilidade do Estado, não cabendo aos proprietários e empresários rurais um esforço para um assunto já superado. A eles só cabia o debate do *novo*, ou seja, o *moderno*, a história dos vencedores, pois “*ser moderno é furtar-se da pecha do atraso e do arcaico, é ser competente, competitivo, é ter talento e capacidade de decisão, é sair na frente, não importando que usos ou abusos possam daí advir.*” (BRUNO, 1991:14). Qualquer forma de contestação, denúncia ou enfrentamento era considerado no “*novo*” discurso uma característica marginal, periférica, ou seja, atrasada. A anacrônica e arcaica reforma agrária, não “*se revelava como formas modernas de propriedade e nem contribuía com o já existente padrão de desenvolvimento agrícola em curso*” (Idem, 1997:24).

O discurso “*nós produtores e empresários rurais*”, retórica recorrente nas “*falas*” dos representantes das elites agrárias foi uma tentativa de construir critérios e padrões de sociabilidade marcados na persistência de uma *identidade comum*, leis a todos os “*homens do campo*”, uma mostra de *fidelidade e identificação coletiva* de todos os interesses e problemas

sentidos no mundo rural. Essa homogeneização da retórica elitista buscou ocultar a histórica e a permanente luta de classes no *agro* brasileiro, os cenários de disputa e luta pela terra, a concentração fundiária e de poder e a todo um movimento societário não-alinhado como os interesses do poder agro-fundiário. Procurou negar no espaço agrário, os processos antagônicos e contraditórios, fruto de uma *dialética sócio-espacial*, que é antes de tudo *conflitiva*. A suposta *harmonia de interesses* entre os “*homens do campo*”, buscou sepultar a história e a distorcer a realidade social, no sentido de ofuscar suas incoerências e as assimetrias nas relações sócio-espaciais e de poder.

É possível então identificar que essa *nova identidade ruralista* evoca novas possibilidades de re-valorização do rural e das próprias *territorialidades* construídas. A tentativa de criar uma identidade comum entre os distintos sujeitos e protagonistas no campo, despersonaliza as próprias relações sociais e de poder e submete o imaginário social ao pensamento de que o “*nós*” é antes de tudo o “*todo*”.

Regina Bruno (1991) ressalta que o recurso à dominação política e ideológica a partir do discurso, expressa novas formas de dominação e exploração burguesa. A ideologia ruralista e as práticas de dominação oscilaram desde o *controle político e ideológico* dos trabalhadores rurais, sindicatos, associações, prefeituras, até instrumentos de *coação, clientelismo, sujeição, cooptação e ameaças*. No entanto, foi a *ideologia do moderno* que governou a conduta do empresariado e do patronato rural brasileiro. Estava em curso um novo *ethos* do patronato rural, uma nova agenda política, uma nova e emergente orientação para o campo brasileiro, uma nova possibilidade de construir uma *territorialidade única*, recheada de consensos, interesses comuns, conformidades e acordos para a “*classe rural*” no país.

Para a autora, as elites agrárias tentaram confundir os trabalhadores rurais e seus canais de representação política se mostrando como um *bloco homogêneo*, unido pela força e pelos interesses comuns do *agro*, mecanismo pelo qual foi possível criar a falsa idéia de uniformidade do patronato agrário. Para isso, a nova retórica salientava a fragilidade e a diversidade social presente na classe trabalhadora como característica indesejável, isto é, não-alinhados como o futuro da agricultura do país.

No entanto, o que vemos é um cenário amplamente complexo e diversificado. A estrutura das classes dominantes no Brasil está marcada pela *disputa de hegemonia interna*. As distintas frações de classe, os grupos, as entidades patronais operam em condições diferenciadas, desde o acesso ao crédito, à concessão de benefícios, o uso e o aperfeiçoamento tecnológico, a aquisição de terras, as condições de mercado e os processos de produção. Todos esses fatores são assimetricamente dispostos entre o patronato rural brasileiro e nas circunstâncias em que ele se realiza. Assim, pode-se refutar a idéia *monolítica e uniforme* do patronato rural.

Por fim, cumpre ressaltar alguns aspectos sobre essa diversidade presente no seio das elites agrárias. Apesar de divergências internas e contrapontos político-ideológicos, as tensões geradas de modo algum são antagônicas. Em momentos de crise todos se unem e se fortalecem enquanto classe e ninguém entra em rota de colisão em situações de fragilidade. Os *laços de solidariedade*, de *complementaridade* e *ajuda mútua* ultrapassam empresários, agroindústrias, latifundiários, cooperativas, multinacionais nos momentos de instabilidade ou quando ameaçados seus mecanismos de poder e persuasão frente à sociedade brasileira (BRUNO, 1991; 1997). A diversidade classista que opera nas tramas do poder agro-fundiário nunca perdeu sua unidade, muito menos a atitude histórica de manutenção da estrutura fundiária e as formas e instrumentos de dominação-exploração imersas nas relações sociais e de poder no campo.

Todo esse quadro explicativo nos revela as mudanças e a re-contextualização nas relações sociais e de poder dos “*Senhores da Terra*” nos anos 80, como nos fala Regina Bruno (1997). A diversidade de entidades e organizações patronais no campo, para além de disputas de hegemonia interna, controle político de instituições, comando ideológico sobre frações da classe trabalhadora, defendia a necessidade de um *comando único*, politicamente homogêneo, situado nas tramas institucionais do Estado.

Nesta ofensiva, era preciso controlar e tomar as “*rédeas*” das instâncias decisórias do Estado, principalmente os núcleos e comissões que tornavam possíveis, a sustentação da concentração da terra, a reprodução do poder corporativo no campo e principalmente o congelamento das políticas de reforma agrária e fundiária. A conjuntura política da Assembléia Constituinte 1987/1988, foi o momento fértil que protagonizou a gênese de um comando coordenado e controlado pelas elites agrárias, inicialmente a partir da UDR – União Democrática Ruralista¹. Surge então no Congresso Nacional a *Frente Parlamentar Ruralista*, mais conhecida como *Bancada Ruralista*, expressão que usaremos ao longo de nossas análises.

Bancada Ruralista: origens, alianças e composição política

A Bancada Ruralista (BR), começa a ganhar espaço na cena política a partir da Assembléia Constituinte (1987/1988). Naquele momento, ainda sem a característica de uma bancada, as elites agrárias eram conduzidas pela poderosa UDR – União Democrática Ruralista – fundada e comandada pelo pecuarista goiano Ronaldo Caiado e pelo cafeicultor paulista Plínio Junqueira Junior (BRUNO, 1997). Esta organização patronal fundada em 1985, considerada a mais violenta e radical entidade já existente no Brasil, utilizava como estratégia a força e a violência para intimidar os seus oponentes. No processo constitucional seu objetivo era opor-se à regulamentação dos artigos constitucionais que tratavam da reforma agrária e a democratização da terra. No início, o grupo ruralista não se distinguia da UDR e não eram mais que vinte parlamentares, mas que orquestrados, constituíam um poder de articulação significativo. Esta frente só não mobilizou mais parlamentares devido ao caráter agressivo que o deputado Ronaldo Caiado (ex-PFL hoje DEM/GO) imprimiu ao grupo (Vigna, 2001). Segundo o ex-Secretário Geral do INESC, Bizeh Jaime,

“desde a Assembléia Nacional Constituinte, os ruralistas utilizam armas de convencimento típicas da elite agrária para negociar com o Executivo e o próprio Congresso. A ação organizada dessa bancada volta-se para dois objetivos fundamentais: dificultar a tramitação de projetos de lei que visem facilitar a realização da reforma agrária e pressionar os governos para que perdoem as dívidas dos grandes fazendeiros” (apud SAUER *et. all*, 2006:60).

Bizeh Jaime lembra que no processo Constituinte, os ruralistas apoiaram as propostas mais conservadoras e o mandato ampliado de cinco anos para o então presidente Sarney (1985-1989), em troca de um texto que dificultasse a desapropriação de terras para a reforma agrária (Ibidem). Regina Bruno (1989) ressalta que a UDR era antes de tudo um canal de revalorização político-ideológica das elites agrárias no país e “*o que estava em jogo na concepção de participação política da UDR era a sobrevivência e o fortalecimento dos grandes proprietários de terra enquanto classe*” (Ibidem, p. 03). Em última instância, a UDR tentava impor ao patronato rural uma mesma identidade política, uma *personalidade única*, que mais tarde fracassaria pelo tom radical, violento e por fazer apologia explícita ao conflito e as armas (BRUNO, 1997).

Por outro lado, a atuação da UDR nos canais de representação política do Estado buscava um novo perfil de parlamentar. Com o objetivo de desqualificar seus adversários e ampliar ainda mais os “*simpatizantes*” pelo projeto patronal para o campo, a UDR intensifica a construção de um novo perfil de representação política: o *parlamentar militante* defensor da propriedade e da iniciativa privada. Nesse sentido, o parlamentar deveria ser “*mais aguerrido*”, “*menos medroso*” e “*mais militante*”. Todos os candidatos que se alinhassem com os “*interesses da agricultura moderna e da propriedade*” seriam financiados pela entidade, independente de sua filiação partidária (Ibidem).

Essa postura ratificada pela UDR foi uma prática institucional que explicita as velhas tradições clientelistas e as políticas da “*troca de favores*”, comumente exercidas pelas oligarquias e senhores da terra na história agrária brasileira. Como a própria UDR dizia: “*isso faz*

¹ Para maiores informações sobre o assunto, ver Regina Bruno (1989, 1997).

parte do jogo democrático". Essa *visão corporativista da política* foi o grande fio condutor da entidade, que tentou sob todos os artifícios impor uma identidade para todos, ignorando diferenças ideológicas, partidárias e visões de mundo.

O grande mentor e ideólogo do projeto UDR, Ronaldo Caiado, durante a legislatura 1990/1994, quando se elegeu deputado federal pelo ex-PFL, hoje DEM/GO, deflagra uma intensa luta parlamentar e uma agressiva militância política pelos corredores e gabinetes do parlamento brasileiro. Suas "calorosas corridas" pela defesa da propriedade e da iniciativa privada, fizeram do Congresso um palco perene de lutas em prol da manutenção do poder agro-fundiário. A tomada da Comissão de Agricultura, indicando o presidente, garantiu o exercício pleno do poder agro-conservador bem como permitiu uma orientação tendenciosa para as políticas agrárias e fundiárias (Ibidem). Foi neste contexto uderrista, através de seus deputados-militantes, que se formaram as *bases* e a *espinha dorsal* que configuraram a atual Bancada Ruralista.

Durante os anos 90, particularmente em 1992, o processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo, desarticulou as forças políticas das elites agrárias e enfraqueceu os canais de pressão no Congresso Nacional. A entrada da CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – e da SRB – Sociedade Rural Brasileira – com representantes no espaço político parlamentar, flexibilizou ainda mais a unidade ruralista, visto as históricas divergências e contradições construídas por essas agremiações.

Após a "dissolução" oficial da UDR em 1993, a Bancada Ruralista passa por uma reciclagem partidária e por uma renovação de suas bases políticas. Vigna (2001: 01) destaca três aspectos fundamentais que impulsionaram um novo perfil de articulação política da BR.

O restabelecimento desta representação foi possível devido a uma conjunção de fatores. Ressaltamos os mais significativos: primeiro, o crescimento do PFL (segunda bancada partidária) trás para a Câmara dos Deputados os representantes da elite agrária mais conscientes da importância da organização da *bancada ruralista* como grupo de interesse, pressão e lobbying; segundo, eleições de notórios conservadores para as presidências da Câmara e do Senado Federal; terceiro, a vitória, nas eleições presidenciais, da aliança PFL-PSDB. Pode-se distinguir, também, um quarto fator: a derrota do então deputado Ronaldo Caiado. Órfão desta liderança vigorosa e centralizadora, o grupo ampliou sua articulação com outros setores parlamentares.

A partir deste momento, a bancada experimentou modificações, tanto em sua composição e estrutura interna, quanto em seu poder de pressão política, no seu perfil partidário e principalmente nas formas de operar seus interesses. Passou a dividir os trabalhos baseados na vivência de cada membro-componente nos distintos setores produtivos dentro de planos escalares bem definidos, do local ao nacional.

Edécio Vigna, assessor do INESC, em seu último estudo publicado em 2007 sobre a Bancada Ruralista, sustenta que os ruralistas no parlamento brasileiro na atual legislatura formam o maior *grupo de interesse* situado no espaço político institucional do Estado. Segundo Sauer *et. all* (2006), citando as contribuições de Vigna (2001), apesar da "*plasticidade*" presente na BR, o conceito que mais se aplica para definir a atuação da bancada é o de grupo de interesse.

a bancada ruralista não se caracteriza constantemente como um grupo de interesse, de pressão ou de lobby, mas circula por esses estágios conforme intensifica ou não as suas ações. É notória, porém, a predominância do aspecto de "interesse". O conceito "grupo de interesse" é o que melhor se amolda à Bancada Ruralista, uma vez que é "mais amplo que o de grupo de pressão ou de lobby". "Os grupos de interesse, ao desencadearem uma ação, se transformam em grupos de pressão. E o lobby é a operacionalidade da ação.

Na atual legislatura 2007/2011, a Bancada Ruralista buscou novas alianças e se fortaleceu institucionalmente. Ocupando quase 23% de toda a Câmara dos Deputados, a BR superou suas expectativas históricas e despontou como o *maior grupo de interesse* do parlamento brasileiro. Seu crescimento pode ser apontado por dois grandes motivos: i) pela perda de confiança e desalento da sociedade e dos movimentos sociais no avanço da democracia no campo, após o

primeiro mandato do Governo Lula, que sinalizou em suas campanhas uma mudança radical na geografia fundiária nacional, porém não se efetivou; e ii) pela inflamada campanha pró-biocombustíveis e transgênicos construída pelo governo federal, que rearticulou as forças do poder agro-fundiário a nível nacional, permitindo uma nova agenda política para a expansão e consolidação do agro-negócio. A Figura 1 mostra a evolução temporal-histórica da Bancada Ruralista na Câmara de Deputados.

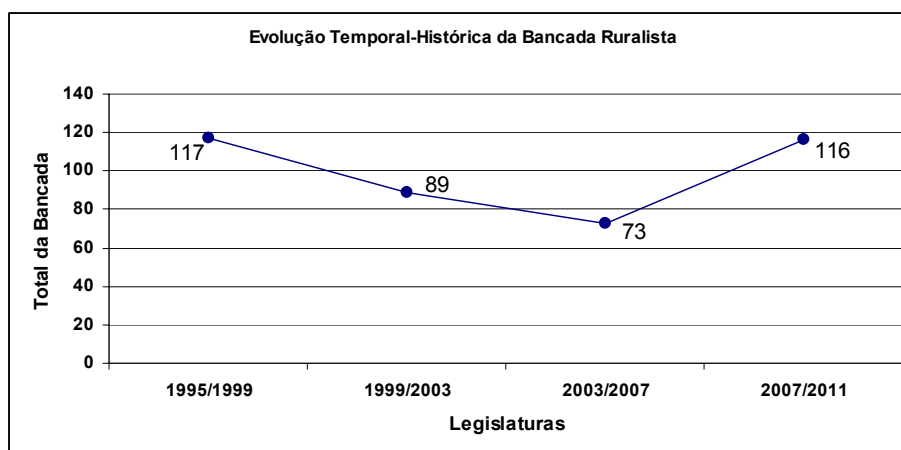


Figura 1: Curva de evolução da Bancada Ruralista na Câmara dos Deputados.

Fonte: Vigna (2007)

A queda de representatividade e a oscilação quantitativa do total de parlamentares na Câmara dos Deputados, não refletem um enfraquecimento dos ruralistas no parlamento, pois,

Obtiveram, nestes últimos 12 anos, vitórias consideráveis, como a aprovação da Lei de Biossegurança; a liberação dos transgênicos por meio de Medidas Provisórias; a aprovação do relatório final da CPMI da Terra. Ainda garantiram que o governo mantivesse intacta a Medida Provisória que suspende as vistorias nas áreas ocupadas pelos movimentos sociais e penaliza os agricultores sem-terra que participam de ocupações; e avançaram nas diversas renegociações das dívidas dos grandes produtores rurais, entre outras conquistas (VIGNA, 2007:06).

O *voto clientelista* e a *militância parlamentar classista*, a exemplo de Ronaldo Caiado (DEM/GO), produzem uma atmosfera de submissão dos *interesses partidários* e seus programas aos *interesses de classe*, visualmente presente nos encaminhamentos deliberados pela BR. Assim, não se busca uma *fidelidade partidária*, mas sim uma *fidelidade classista*, característica típica dos grupos de pressão do Congresso Nacional. Os conteúdos programáticos dos partidos são mera formalidade institucional, debilitados e engolidos pelo poder conservador.

Modus Operandi e práticas institucionais

O *modus operandi* que rege o grupo se realiza por inúmeras vias e escalas. O arranjo político estruturado pela bancada lhe permite ações que transbordam o espaço governamental e as arenas políticas institucionais. Isto revela a *hábil* capacidade de seus membros-componentes de manter *vínculos* e *alianças* tanto no interior do Estado quanto fora dele, principalmente com entidades patronais e com empresários representantes das elites agro-conservadoras.

A primeira grande característica que fundamenta todo o complexo *persuasivo* e de *convencimento* presente nos membros-componentes da BR é seu poder de *articulação* e *mobilização* de outras bases ou bancadas políticas. Em momentos de decisão política, de encaminhamentos formais, de formulação de leis, decisões em comissões ou de votação decisória em plenário, os parlamentares ruralistas se valem pelo *lobby* e pela *troca de favores e benefícios* a partir de uma *rede de interesses* amarrada pelas elites no Congresso Nacional. Seus

laços de cooperação e reciprocidade a outras bancadas políticas sustentam sua vitalidade e confiança institucional. Sua alta capilaridade política, não se faz pelo número absoluto de seus parlamentares, mas na habilidade de construir novas alianças, novas relações institucionais e novos códigos de conduta e fidelidade a outras bancadas ou grupos de interesse. Sua aproximação com diferentes partidos não é a ausência de ideologia, mas um diferencial político, uma estratégia de convencimento e simpatia, uma forma de ilustrar sua “sensibilidade” frente às diversas questões de seu interesse. Historicamente suprapartidária, a Bancada Ruralista é capaz de se identificar com inúmeras questões temáticas para garantir sua diversidade e sua perene habilidade de pressionar o Congresso Nacional.

A disposição partidária presente na atual legislatura nos revela uma forte tendência conservadora em sua composição. A presença de partidos historicamente defensores da livre iniciativa e da propriedade privada (PFL, hoje DEM e PSDB) reforça a lógica moderna da agricultura e a integração conservadora de frações de classe dos grandes setores agro-empresariais do país. Apesar de ser o partido majoritário, o PMDB, não representa a *liderança* dos ruralistas, muito menos conduz o grupo, uma vez que a dinâmica da bancada é funcionalmente adaptada pela *aprovação-votação* de *interesses específicos* de orientação classista e nunca através de um único partido. O suprapartidarismo é apenas uma estratégia, um dispositivo de força política, um mecanismo-poder de união e reciprocidade solidária com as frações de classe do poder agro-fundiário no país.

O grupo ruralista não se submete, necessariamente, a nenhuma regra, senão a da fidelidade aos seus interesses. Vota unificada somente nas proposições que possam afetar seus negócios no mercado. Nas votações que não envolvem seus interesses, cada deputado é “liberado” para seguir ou não as indicações das lideranças partidárias, invertendo a lógica do processo legislativo (VIGNA, 2001, apud SAUER *et. all*, 2006).

Outra característica que operacionaliza sua dinâmica é a tomada de postos e cargos-chave em comissões e ministérios. A indicação para os ministérios e a ocupação de cargos estratégicos em partidos é a fonte do poder político da bancada².

Essa artimanha política é a chave do sucesso da bancada. O *controle das instâncias* por onde tramitam os projetos e programas voltados ao campo, bem como as políticas públicas rurais, entre elas as de reforma agrária, aprovando aqueles “*simpáticos*” aos seus interesses e engavetando ou descartando aqueles que são “*desnecessários*” ao país se torna mecanismo vitorioso e de grande significado político para a bancada.

Esse aparelhamento setorial do Estado só é possibilitado pela dupla representatividade do partido político e da bancada ruralista. Não é por representatividade da bancada, como força política interna do Congresso Nacional – o que regimentalmente não existe –, que os ruralistas ocupam a presidência da Comissão de Agricultura, mas porque têm origem em partidos de representatividade expressiva (VIGNA, 2007:14).

Por fim, nas duas últimas legislaturas os ruralistas têm segmentado sua atuação, distribuindo *funções políticas* aos seus representantes através de pactos previamente programados. Uma *divisão ruralista de comando* foi realizada para obtenção de eficácia em suas ações, bem como otimizar o *lobby* em situações-obstáculos, como nas ocupações de terra ou em votações setoriais em plenário. Em 2003, os deputados Ronaldo Caiado (DEM/GO) e Abelardo

² O já citado ex-secretário do INESC, Bizeh Jaime nos conta que: “Os ruralistas têm conseguido exercer seu poder de influência para obter vitórias. São eles que patrocinam as indicações para o Ministério da Agricultura e elege, a cada ano, o presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados. Com redutos estabelecidos, exercem a pressão com mais facilidade (Sauer *et. all*, 2006)”. Vigna (2007) afirma que: “Historicamente, desde a legislatura de 1999/2003, a bancada ruralista desenvolveu a estratégia de ocupar todos os espaços políticos possíveis. Desde então, vem conquistando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e as presidências da Comissão de Agricultura e Política Rural e da Comissão de Meio Ambiente e Consumidor – esta última com menor frequência.”

Lupion (DEM/PR) representaram os pecuaristas; Nelson Marquezelli (PTB/SP) e Luiz Carlos Heinze (PP/RS) os empresários rurais e o deputado Darcísio Perondi (PMDB/RS) assumiu a responsabilidade de representar os interesses da indústria da biotecnologia. Os deputados novos ou reeleitos na eleição de 2006 não provocaram nenhuma desconfiguração da bancada. Têm procurado manter ou conquistar seus espaços políticos a partir da força setorial acumulada (Ibidem).

A Geopolítica Ruralista e a estrutura fundiária

Ao recorrer à literatura e bibliografia sobre as elites no *agro* brasileiro, uma forte tendência tem deixado reduzida a *dimensão geográfica* presente nas ações e nas formas de organização política e discursiva do patronato rural do país. A prioridade numa *cartografia ruralista* que busque uma análise das possibilidades e lógicas geográficas inseridas nas tramas do poder agro-fundiário nos ilumina caminhos para pensar numa *geopolítica ruralista* que alarga, a partir do controle dos aparelhos do Estado, o poder e a eficácia das práticas territoriais das elites agrárias. Percorrer esse caminho nos abre chaves para entendermos a *geograficidade* incrustada nas relações sociais e de poder agrárias, como também facilita a construção de instrumentos de resistência e denúncia a toda sociedade.

Inicialmente buscamos um esforço no sentido de ampliar e re-contextualizar o conceito de *geopolítica*, embora isso projete certo tom de ousadia em tal proposta. No entanto, isso se faz necessário, pois a pertinência desta temática neste trabalho e o poder explicativo da *geopolítica* nos possibilita elucidar a *geograficidade* das ações políticas construídas em espaços institucionais do Estado, a partir de *grupos de interesse* como a Bancada Ruralista.

A relação entre o Estado, Espaço e Poder foi bem caracterizada por José William Vesentini em seu livro “*A Capital da Geopolítica*” (1986). Para ele, a *organização espacial* da sociedade capitalista se dá a partir do Estado-Nação ou “país”, e suas práticas tem estreitas relações com a *dominação* e com as *estratégias de poder* para o controle social do *espaço* (VESENTINI, 1986). O *controle do Estado* e de sua dinâmica por grupos sociais hegemônicos expandiram e fortificaram o *controle do espaço* e o exercício do poder ali situado.

Para o autor, “*o meio (e local) pelo qual se exerce o poder, a dominação, sempre foi, nas sociedades de Estado e, especificamente, no capitalismo, o espaço* (VESENTINI, 1986:40)”. Como *sede do poder*, o espaço vem sendo cada vez mais instrumentalizado pelo capital e pelo Estado, e sua *produção* cada vez mais circunscrita pelo *saber-fazer* da hegemonia capitalista.

Neste sentido, o aparelhamento e a instrumentalização do Estado a partir do comando e controle de seu *microcosmo* (instituições, ministérios, comissões, parlamento, exército etc.), transfere ao capital, meios pelos quais a *produção do espaço* e sua *organização* ficam articuladas na *rede-trama* de interesses e de poder assimetricamente dispostas nas relações sociais. Assim, é notória a importância em elucidar o *discurso*, as *práticas* e as *lógicas* elaboradas pelos grupos sociais que eventualmente estão mergulhados nos aparatos institucionais do Estado.

Neste sentido, a *geopolítica* é o discurso do espaço geográfico a partir da ótica do Estado; é o conhecimento visando assegurar a soberania estatal em relação aos demais Estados; visa a ser o porta-voz dos interesses e da estratégia do Estado. No entanto, esse discurso é evidentemente capitalista e voltado para garantir a hegemonia burguesa.

A compreensão da geopolítica enquanto *discurso* ou enquanto *estratégia de dominação* nos revela o potencial explicativo do conceito para investigarmos a Bancada Ruralista. O discurso do *agro* brasileiro a partir dos membros-componentes da bancada, ilustra uma leitura particular e classista sobre a *organização* e a *produção do espaço agrário brasileiro*, como também estrutura uma plataforma de ações políticas que representam um ponto de vista, um prisma de análise, no entanto recoberto pelos “mantos institucionais do Estado”. O poder legislativo enquanto espaço institucional, por excelência é *co-autor* e *protagonista* deste discurso, pois possibilita a construção de uma legitimidade institucional da ideologia patronal, suas lógicas operacionais, suas práticas e interesses, compondo um complexo e arquitetado

arranjo discursivo entranhado no próprio Estado. Assim, esse discurso sobre o espaço agrário, apesar de particular, se realiza enquanto discurso hegemônico, com suposta universalidade, concentrando e confundindo ao mesmo tempo o binômio encadeado Estado-Bancada, sendo, portanto, uma função de ambivalência imersa nos próprios sujeitos políticos que o constrói.

Por outro lado, a Bancada Ruralista é o próprio discurso do espaço agrário sob a ótica do Estado, na *visão dos mandantes*. O controle do poder político institucional pelo patronato agrário, re-estrutura e re-significa o discurso do espaço agrário pelo Estado. Se a geopolítica é também um conhecimento, uma técnica de persuasão, uma arte-retórica, a Bancada Ruralista apropriada de valores e significados sobre o espaço agrário, via Estado, produz um *regime de representação* sobre o *agro* brasileiro, visando conquistar uma hegemonia de classe, o exercício pleno do poder, um meio para efetivar a dominação. Neste sentido, se o espaço é por excelência a sede do poder, a bancada o *controla* e o *produz* a partir do discurso e, sobretudo pelas técnicas de ação política que estruturam suas práticas no parlamento brasileiro. O aparelhamento do Estado pelo poder agro-fundiário, instrumentaliza o processo de *produção do espaço agrário*, tanto pelo discurso quanto pelas ações político-institucionais.

Portanto, a *geopolítica ruralista*, corporificada na figura política Bancada Ruralista é o discurso sobre o espaço agrário e sua produção na ótica do patronato rural, que, apoiado numa agenda política institucional e oficializada, produz um plano de ações e técnicas de persuasão de articulação multiescalar capaz de mobilizar distintas frações do patronato rural. Para além do discurso, essa geopolítica é uma “voz ativa” transformada em canal institucional que fortalece o poder agro-conservador e redefine as vias de domínio do Estado a partir da militância parlamentar.

Para além de revelar um *bloco de poder institucional* ou mesmo um *grupo de pressão*, a Bancada Ruralista representa o maior *sujeito político* representante das elites agrárias incorporado nas tramas institucionais do Estado brasileiro. Suprapartidária, a BR é a *armadura política* que mantém unidos uma *rede de sujeitos* mensageiros de uma narrativa particular e classista sobre o espaço agrário brasileiro, como também arquitetos táticos que operam um rol de ações e decisões conformadas institucionalmente.

Por outro lado, a lógica geográfica operada pela bancada pode ser compreendida através das distintas *esferas de influência* que compõe sua ação. O diferencial estratégico da bancada está na sua capacidade de *administrar* e *coordenar* distintas *escalas* e influenciar diferentes sujeitos. Haesbaert (2002) ilustra o potencial da *escala geográfica* para analisar o ordenamento espacial dos fenômenos sociais. Por se tratar de uma *unidade de concepção*, a escala deve ser compreendida em seu caráter *dinâmico* e *entrelaçada* com outros referenciais escalares. O diferencial na análise espacial é considerar a *articulação e o diálogo entre escalas* produzido dialeticamente pelos fenômenos. Assim, conceber a escala como dimensão estanque, mecânica e exterior ao movimento, é retirar a complexidade e a totalidade expressa pela situação.

A articulação e o diálogo dos parlamentares-militantes da bancada com outros sujeitos políticos e representantes do patronato rural demonstra sua competência em manejar o discurso sobre o *agro* brasileiro e a solidificar e influenciar relações. O ideólogo da UDR, o pecuarista e deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO), foi o principal protagonista que aproximou e influenciou entidades locais, sindicatos e associações, levantando a bandeira do agro-negócio, da iniciativa privada e da defesa da propriedade. Sua *atuação multiescalar*, percorrendo desde os corredores e gabinetes do parlamento brasileiro, influenciando parlamentares, partidos e decisões até sua jornada por fazendas, prefeituras e sindicatos, revela a técnica e a magnitude de conduzir a ideologia patronal e a produzir uma articulada teia de alianças, do local ao nacional.

Por meio da Bancada Ruralista, é possível observar uma *ampliação escalar* do poder patronal. Aglutinada e interligada por diferentes setores ligados ao agro-negócio, desde multinacionais, entidades e sindicatos patronais, cooperativas agrícolas, setor industrial, biotecnológico e florestal, a bancada fortalece e solidifica, sob múltiplas escalas, alianças e interesses, e consegue canalizar ao nível federal, questões locais e regionais, de modo a produzir sistemas de comando e controle nucleados em torno do grupo, mas articulados com estruturas de

poder locais e regionais. Isto é, ela não abandona seus “*simpatizantes locais e regionais*” e aciona seu papel de *lobista*, conformando uma rede de cooperação e fidelidade. Esse *deslizamento escalar* gera uma *rede de solidariedade* entre seus membros-componentes e adeptos capaz de flexibilizar as ações políticas e tornar os *lugares* mais protegidos e imunizados de eventuais adversidades.

O relacionamento dos parlamentares ruralistas com as entidades e federações (nacionais e locais) expressa um tom de grande cumplicidade, sobretudo porque seus membros, além de exercer a profissão de “*homens do campo*” (agropecuáristas, empresários rurais, etc.), ocupam cargos e postos políticos de destaque. A senadora ruralista Kátia Abreu (DEM/TO) recentemente tomará posse para o cargo de presidente da CNA³ – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – desfecho de toda sua militância parlamentar, tanto como ex-líder da UDR, como ex-presidente da FAET – Federação da Agricultura do Estado do Tocantins. O deputado ruralista Abelardo Lupion (DEM/PR) ocupa o cargo de diretor-institucional da ABCZ – Associação Brasileira dos Criadores de Zebu – e é o atual presidente de negociações do grupo de trabalho que rediscute a dívida agrícola dos produtores. O ex-deputado ruralista Silas Brasileiro (PMDB/MG) ocupou em 2007 o cargo de diretor-executivo do CNC – Conselho Nacional do Café – órgão que defende os interesses do “café do Brasil” e de seus “cafeicultores”. Cumpre salientar que o atual deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO) além de fundador e ideólogo, comandou a UDR, a partir da Câmara dos Deputados, e transformou o parlamento numa extensão política da entidade.

Todo esse quadro explicativo demonstra o poder e a ampla capacidade de articulação multiescalar das elites agrárias sob vias institucionais, como também reforça a debilidade das atuais relações políticas e formas de organização [política] da sociedade. A configuração e o arranjo interno da Bancada Ruralista é resultado de uma histórica e longa jornada de alianças, vitórias, derrotas, contradições e disputas por hegemonia, que marcam a história do patronato rural brasileiro.

Como *protagonista* do poder agro-conservador no seio do Estado, a bancada sempre ratificou a atitude histórica de defesa e manutenção da propriedade privada sustentada por um conjunto de valores que regem o *ethos* ruralista, a persistência no autoritarismo, o corporativismo, a cultura da violência, a vitalidade do poder e a dominação patrimonialista, bem como o clientelismo (BRUNO, 1997). Deste modo, suas práticas político-institucionais confirmam a postura de *afetar, controlar e influenciar pessoas, fenômenos e relações*, que segundo Robert Sack (1986) define a *territorialidade humana*.

Portanto, a Bancada Ruralista representa a reunião de distintas *territorialidades* presentes no patronato rural brasileiro, desde o empresário rural, a multinacional, o agropecuarista que compõe a arquitetura social da ideologia do agro-negócio. Sua forma de *ler e interpretar* o espaço agrário por meio de um particular discurso sobre o *agro* brasileiro, representa o desdobramento de *territorialidades* já consolidadas e hegemônicas, no entanto reproduzidas pelo canal enunciativo do Estado.

A partir de uma *radiografia cartográfica* do território nacional, foi possível ilustrar a *geograficidade* e a *espacialização* do poder agro-fundiário através dos membros ruralistas. O mapeamento dos parlamentares e seus estados de origem nos permite inferir como o poder agro-conservador está disposto espacialmente e em quais unidades da federação a *força patronal* se *re-inventa* e *condensa* sua energia vital através de relações e articulações inter-escalares.

O atual *arranjo espacial* dos ruralistas, tanto na Câmara quanto no Senado Federal, ilustra a presente *configuração político-espacial* dos representantes das elites agrárias no Estado brasileiro. É possível observar a existência de uma **(re)articulação nacional** do patronato rural a

³ A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), órgão máximo da representação oficial do patronato rural – monopolizado hoje pelos grandes proprietários que se opõem a qualquer reforma agrária, vinculados à Sociedade Rural Brasileira - surgiu em inícios de 1964, no lugar da Confederação Rural Brasileira, entidade organizada pela SNA em 1951, visando a sindicalização patronal da agricultura brasileira, nos moldes da legislação corporativista varguista, congregando todos os representantes da “classe agrícola” – patrões e empregados (MENDONÇA, 2005a).

partir do estado do *Tocantins*, que concentra o maior número de deputados e senadores militantes da causa ruralista. Segundo os dados levantados por Vigna (2006) e Costa (2006), do total de 8 deputados federais do estado, 5 compõe a Bancada Ruralista, proporção que confere 63% de representatividade dos parlamentares para os interesses do patronato rural no Brasil. Já no Senado, essa razão dispara para 100%. Os senadores Leomar Quintanilha (PCdoB/TO), João Ribeiro (DEM/TO) e a ex-deputada e agora senadora Kátia Abreu (DEM/TO) construíram uma poderosa e complexa *estrutura de poder* capaz de arregimentar os interesses do patronato rural, bem como solidificar um *arcabouço protetor* da elite rural frente ao Estado brasileiro. Neste cenário, a senadora Kátia Abreu desponta como uma nova liderança parlamentar no Senado, renovando a representação formal e fortalecendo o *elo* entre as casas legislativas.

No entanto, é fundamental destacar que o *arranjo espacial* pelo qual repousa a Bancada Ruralista deve ser compreendido *no e pelo movimento* das forças patronais, que se agregam e desagregam de acordo com suas demandas e interesses, sendo o *atual arranjo* uma configuração transitória.

A suposta *blindagem político-patronal* do Tocantins não se restringe a esse estado. Como ressaltamos, existe uma *rede de solidariedade e fidelidade* intra-classe que se articula sob *múltiplas escalas* e produz sistemas de comando e controle nucleados em torno da bancada. No parlamento, os representantes do agro-negócio não abandonam os “colegas” de outros estados, mas os acolhem numa relação de cumplicidade e lealdade em momentos de fragilidade e crise. O Tocantins é apenas a base principal do *atual arranjo político-geográfico* dos parlamentares-militantes da bancada. A “adoção” do Tocantins para “sediar” essa re-articulação é resultado de uma complexa e histórica recomposição do quadro de forças políticas que fortaleceram o patronato, principalmente na figura da senadora Kátia Abreu, ex-líder da UDR e da FAET e agora presidente da CNA.

No estado de Goiás, a força patronal retorna com a volta do pecuarista Ronaldo Caiado (DEM/GO) e toda sua experiência parlamentar de luta pela defesa dos interesses absolutos dos grandes proprietários de terra. Oriundo de um dos mais tradicionais clãs políticos de Goiás (BRUNO, 1997), Caiado é símbolo do autoritarismo, do confronto e da ofensiva de quem sempre despreza a negociação, não aceitando qualquer regra política e partidária. Juntamente com Caiado, mais 5 deputados compõe a Bancada Ruralista pelo estado – 35% do total de 17 deputados eleitos. No senado, Lúcia Vânia do PSDB e Demóstenes Torres do DEM, completam o bloco de poder lobista, totalizando 2 dos 3 senadores do estado.

No Mato Grosso, encontramos uma sutil diferença metodológica para identificar os deputados ruralistas pelo INESC e pelo DIAP. Enquanto o primeiro considera a existência de apenas 1 deputado ruralista (13% do total de 8), o DIAP destaca 2 deputados (25% do total). No senado, Jonas Pinheiro do DEM fecha a participação do estado na composição da bancada. No entanto, o grande diferencial do estado do Mato Grosso está em seu comando político maior. O governador e empresário rural Blairo Maggi (PR/MT) mais conhecido como o “Barão da Soja”, expressão corretamente adotada pelo “título conquistado” de maior produtor individual de soja do mundo, articula e organiza, por meio das instâncias do Estado, uma *frente ofensiva de pressão e negociação* junto ao governo federal, principalmente no Ministério do Meio Ambiente, para flexibilizar e afrouxar a legislação ambiental e florestal, como também os critérios e procedimentos do processo de licenciamento ambiental para empreendimentos ligados ao setor agrícola. Sua militância oscila desde visitas e encontros junto aos ministérios e a presidência da república, até a formação de alianças com outras frações de classe estaduais, nacionais e internacionais.

Coincidência ou não, os dados colhidos pelo Setor de documentação da CPT – Comissão Pastoral da Terra – para o campo brasileiro em 2003, nos revela que são nos estados do Mato Grosso, Tocantins e Goiás, além do Pará e Distrito Federal que se encontram os maiores *índices de conflitividade* e o de maior número de *pessoas envolvidas em conflitos*. É também no Mato Grosso, juntamente com o Pará, Rondônia e Roraima (estado que revitalizou sua representação patronal no Estado, com 5 deputados ruralistas de um total de 8 – 63%), seguido do Tocantins,

que se encontram os maiores *índices de assassinatos* no campo, resultado da histórica e ainda colonial estrutura fundiária, concentradora e excludente, que reproduz assimétricas relações sociais e de poder e estrutura o culto à *violência*. É também no Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará onde a ação do poder judiciário é mais aguda, por um lado exercendo o *monopólio legítimo da força* na garantia do *direito absoluto da propriedade* como por outro executando *despejos e prisões* de famílias camponesas e sem-terras (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Esse cenário de impunidade e violência se reproduz não somente no espaço agrário *strictu sensu*, mas também no Estado a partir da Bancada Ruralista que facilita a ação e expansão dos setores agro-empresariais e o *agro-banditismo* nos dizeres de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, por um lado aprovando medidas provisórias e leis como a MP 422/2008, que dispensa a licitação pública para a venda de terras públicas do INCRA na Amazônia Legal e amplia a concessão de 500ha para 1500ha, como por outro bloqueando a votação da PEC 438/2001 – Projeto de Emenda Constitucional – a *PEC do Trabalho Escravo*, que prevê o confisco de terras, sem indenização, nas propriedades onde o trabalho escravo for encontrado e as destina à reforma agrária.

Deduzimos que são nas regiões de *expansão da moderna agricultura empresarial*, principalmente na região Centro-Oeste, onde o poder agro-fundiário privado e o próprio poder público exercem sua função de “*Senhores da Terra, Senhores da Guerra*”, como bem define Regina Bruno (1997) o patronato rural. Essa perversa realidade não teria seu “sucesso” e “êxito de classe” sem a *cumplicidade* e a *proteção* da Bancada Ruralista, que é fidedigna ao cultivo das assimétricas relações sociais e de poder tornando o campo brasileiro um espaço segregado, excludente, autoritário, violento, e, sobretudo controlado pelos “*coronéis modernos*” do agro-negócio e seus representantes no parlamento brasileiro. Além de Minas Gerais, Bahia, Roraima e Paraná, são nos estados de Tocantins e Goiás, onde atualmente os ruralistas estão mais organizados no Congresso Nacional, sem contar a força expressiva do governador e empresário do Mato Grosso, Blairo Maggi. Assim, a suposta relação entre a *geograficidade* da Bancada Ruralista e os desdobramentos da ação do patronato no campo brasileiro se confirma, dentro de um recente espectro político que foi se constituindo para a culminação da *atual configuração político-geográfica* da bancada.

No Paraná, o patronato rural se fortalece na figura do agropecuarista e empresário Abelardo Lupion (DEM/GO). Suposto “herdeiro político” de Ronaldo Caiado no Congresso Nacional, Lupion lidera os parlamentares do Paraná, por um lado defendendo a modernização agrícola, a pecuária de corte, a cadeia produtiva da carne, bem como a rastreabilidade bovina, como por outro encabeçando e presidindo as negociações para a repactuação e alongamento das dívidas originárias de operação de crédito rural dos produtores, não somente em seu estado, mas em escala nacional. Foi também um dos porta-vozes da Bancada Ruralista na CPMI da Terra, propondo a aprovação de dois projetos de lei que tipifica as ocupações coletivas de terra como *crime hediondo* e *ato terrorista*, além de criminalizar os movimentos sociais do campo. Cabe aqui destacar uma passagem do texto de Lupion encaminhado a relatoria da CPMI, que classifica as ações do MST como terroristas.

Esse tipo de terrorismo, próprio da realidade brasileira, não deve ser aceito e deve ser punido com o mesmo rigor que as outras formas de atos terroristas previstas em nossa Lei de Segurança Nacional (Lei nº 7.170, de 1983), pois, de forma equivalente, afeta a ordem constitucional estabelecida, a integridade territorial, o regime representativo e democrático e o Estado de Direito (art. 1º, I e II, da Lei de Segurança Nacional). Enfim, tais ações fragilizam o Estado (p 370) (apud SAUER *et. all*, 2006:56).

Em Minas Gerais, dos 53 deputados federais, 17 são adeptos e membros da bancada, proporção que atinge 32%. Já na Bahia, 13 deputados aderem à causa patronal num universo de 39, representando 33% do total. A histórica política *clientelista* e *patrimonialista* ainda presente nestes dois estados, marcadamente inserida numa tradição familiar justificada pela *transmissão* inter-geracional da posse da terra pelas grandes oligarquias rurais, ilustra a tamanha articulação

das elites agrárias para lançar nas tramas institucionais do Estado, seus “padrinhos” e “senhores” capazes de assegurar o patrimônio familiar.

(...) são nestes Estados que estão concentradas as mais fortes famílias latifundiárias. São nestes Estados em que a prática do coronelismo é ainda mais evidente. No Brasil, os setores mais atrasados politicamente sempre estão acompanhados dos setores mais modernos. Há uma linha geracional que herda não só os bens materiais, mas também os bens imateriais, como a visão de mundo. Neste caso, a segunda herança tem maior peso no comportamento dos indivíduos do que os bens materiais (VIGNA, 2007:11).

Houve um aumento da representatividade ruralista em todas as regiões brasileiras a partir de 2003, resultado de um re-arranjo das forças políticas do patronato e do constante e danoso *lobby* dos *mandatários rurais* na política agrícola nacional. Os dados se aproximam daquilo que Porto-Gonçalves (2004) chama de *mandonismo coronelístico* típico da formação social brasileira, que estrutura relações hierárquicas de poder pela *violência* e possibilita a condensação patrimonial da terra e reforça, sob os mantos do Estado, a *política de favores* e os *laços de amizade e reciprocidade* entre os canais de interlocução governamentais e os grandes proprietários de terra. A alta concentração de ruralistas no Nordeste confirma as práticas *coronelistas* e *clientelistas*, tradição histórica da dominação política desta região, conquanto personificada na figura das grandes famílias agro-fundiárias. E como diria Regina Bruno (2002:173),“(...) e os limites da institucionalidade decorrem em grande medida da permanência, na sociedade brasileira, de uma cultura política clientelista que reproduz relações de favor, barganha e o oficioso.” No Sul e Sudeste, a elevada proporção de ruralistas revela a histórica presença de grandes empresários e proprietários de terra, conservadores de uma excludente *estrutura fundiária, donos do poder*, e que agora marcham rumo aos “frutíferos” territórios expandidos pela fronteira agrícola, principalmente no Centro-Oeste e no Norte.

Logo, através da análise das práticas institucionais dos parlamentares ruralistas, é possível afirmar que o *poder* e a *força patronal* no campo brasileiro é constituída pelo intenso e incessante *movimento articulado* de distintas *escalas de pressão e influência*, encontrando na Bancada Ruralista sua expressão máxima de defesa e proteção das elites do *agro* no Brasil, reconhecendo sua forma de organização superior a qualquer critério político e democrático. Complementando a idéia de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008) o bloco de poder do chamado agronegócio é agora técnico-científico-agroindustrial-financeiro-midiático e *parlamentar*, garantia institucional que mantém e reproduz as atuais e assimétricas relações sociais e de poder inseridas no mundo rural brasileiro e que conserva a perversa estrutura fundiária.

Bibliografia

- BRUNO, R. A. L. . *A dominação patronal no campo*. Cadernos do Cedi, Rio de Janeiro, v. 21, p. 77-91, 1991.
- _____, R. A. L. . *A UDR e o Processo Eleitoral*. Travessia Revista do Migrante, São Paulo, v. 5, 1989.
- _____, R. A. L. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra: a nova face política das elites agroindustriais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- _____, R. A. L. *Com a boca torta pelo uso do cachimbo: Estado e empresários agroindustriais no Brasil*. In: Moreira, Roberto José; Carvalho Costa, Luiz Flávio. (Org.). Rural e Cultura. Rio de Janeiro: Mauad, 2002, v. 1, p. 01-316.
- COSTA, Sylvio. *Bancada ruralista mantém força*. Congresso em foco. 2006. Disponível em <<http://congressoemfoco.ig.com.br/Noticia.aspx?id=10691>>. Acesso em 7 de novembro de 2008.
- HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. São Paulo e Niterói: Contexto e EdUFF, 2002. v. 1. 186 p.
- MENDONÇA, Sonia. R. de . *A construção de uma nova hegemonia patronal rural: o caso da organização das cooperativas brasileiras*. Revista História Hoje (São Paulo), São Paulo, v. 2, n. 6, p. 1-16, 2005.
- _____, Sonia. R. de. *O Plano Nacional de Reforma Agrária e as Entidades Patronais Rurais do Sudeste Brasileiro na Década de 1980*. In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada, 2005, Porto Alegre. Anais das Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre : PUCRS, 2005. p. 1-20.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . *Violência e democracia: o que dizem os dados de 2003. Conflitos no Campo - Brasil 2003*, Goiânia, p. 09-26, 2004.
- _____, Carlos Walter . *A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina*. Intergeo, v. 4, p. 05-12, 2006.
- _____, Carlos Walter. *Nova onda de violência e devastação no campo brasileiro vista a partir da Geografia*. América Latina en Movimiento, ALAI, 2008. Disponível em < <http://alainet.org/active/23787>□=es >. Acesso em 5 de maio de 2008.
- SACK, R. *Human Territoriality: Its Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SAUER, S. et. all. *O Parlamento e a criminalização dos movimentos de luta pela terra: um balanço da CPMI da Terra*. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, v. 33, n. 2. São Paulo, 2006.
- VESENTINI, J. W. *A Capital da Geopolítica*. 4a.. ed. São Paulo: ATICA, 1986. 240 p.
- VIGNA, Edélcio. *Bancada ruralista: um grupo de interesse*. Argumento nº 8. Brasília, INESC, 2001.
- _____, Edélcio. *Bancada Ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional*. Argumento nº 12. Brasília, INESC, 2007.